ACTA
da
Reunião de negociação com a
Associação Sindical dos Oficiais do Registo e Notariado

Acta n.º 27

Aos 14 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 10h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça o Senhor Presidente da Associação Sindical dos Oficiais do Registo e Notariado (ASOR), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE;
b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com particular relevância em matéria remuneratória.

A reunião iniciou-se pelas 11h00. O Senhor SEJMJ salientou, a par das medidas de racionalização e de contenção previstas nos projectos em discussão, haver outras medidas a incluir designadamente no Relatório do Orçamento do Estado para 2011, tendentes à reestruturação dos serviços, incluindo conservatórias, o que permitirá racionalizar a orgânica do IRN, bem como a fusão da Direcção-Geral da Reinserção Social com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, a par da execução de outras medidas de racionalização e de redução de despesas correntes com a aquisição e contratação de bens e serviços e bens, sendo neste enquadramento que a PLOE/2011 será apresentada ao Parlamento. Quanto a esta, o Senhor SEJMJ destacou o aperfeiçoamento das normas em matéria de reduções remuneratórias relativamente à versão anteriormente enviada, em particular do conceito de remuneração total ilíquida mensal sobre a qual vai incidir a taxa referente a cada escalão e salientou a importância da realização de reuniões com as entidades representativas dos funcionários do Ministério da Justiça para recolher as opiniões de todos para que não haja soluções menos ponderadas para os interessados.

A ASOR questionou a retribuição que o sacrifício trará e se foi enquadrado em alguma forma de retribuição futura no panorama nacional, tendo o Senhor SEJMJ confirmado que tal dependerá da evolução do controlo do défice na União Europeia no decurso de 2011, mas que não excluirá a possibilidade de se prosseguir o processo de revisão das carreiras, que continuará e se iniciou sob o signo da neutralidade financeira.

O Senhor SEJMJ deu por finda a reunião pelas 11h45, tendo ficado de se agendar nova reunião, se possível com as demais entidades representativas dos trabalhadores dos registos e notariado, para conclusão da negociação dos projectos.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 14 de Outubro de 2010,

Pela Associação Sindical
dos Oficiais do Registo e Notariado,
O Presidente,

Paulo Morais e Silva

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,

José Magalhães